

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**DE**

**30 DE SETEMBRO DE 2014**

**ANO DE 2014**

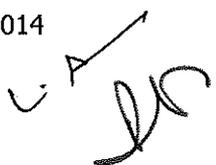
*C. A.*  
*de*

## ÍNDICE

<b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA .....</b>	<b>4</b>
<b>ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30 DE SETEMBRO DE 2014....</b>	<b>4</b>
<b>PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.....</b>	<b>8</b>
<b>ORDEM DO DIA.....</b>	<b>15</b>
<b>PONTO 1 - INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA.....</b>	<b>16</b>
<b>PONTO 2 – APSM – ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E SOCIAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA – PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO.....</b>	<b>26</b>
<b>PONTO 3 – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA – PROPOSTA PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A NOMEAÇÃO DO TITULAR DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.....</b>	<b>26</b>
<b>PONTO 4 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA O FORNECIMENTO E MONTAGEM DE 17 ECOLILHAS .....</b>	<b>27</b>
<b>PONTO 5 – 1ª REVISÃO AO PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 13ª MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA... </b>	<b>28</b>
<b>PONTO 6 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO....</b>	<b>28</b>
<b>PONTO 7 – IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – 2015 .....</b>	<b>29</b>
<b>PONTO 8 - PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO ENTRE A CMPD E A AZORES PARQUE, SA .....</b>	<b>32</b>
<b>PONTO 9 – REGULARIZAÇÃO DE CEDÊNCIA E AFETAÇÃO DE 101,19 M<sup>2</sup> AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – RUA DOS VINHÁTICOS – CAPELAS ...</b>	<b>33</b>

C-A  
de

<b>PONTO 10 – REGULARIZAÇÃO DE CEDÊNCIA E AFETAÇÃO DE 45 M<sup>2</sup> AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - CALÇO DA CRUZ – FETEIRAS .....</b>	<b>33</b>
<b>PONTO 11 – REGULARIZAÇÃO DE CEDÊNCIA E AFETAÇÃO DE 702,20 M<sup>2</sup> AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – RUA DO POÇO – LIVRAMENTO ....</b>	<b>34</b>
<b>PONTO 12 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À NORMA CONTIDA NO Nº 7 DO ARTIGO 39.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS – FRACIONAMENTO DP PAGAMENTO DE TAXAS DE TMU .....</b>	<b>34</b>
<b>PONTO 13 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO QUADRO XVII DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS..</b>	<b>35</b>
<b>PONTO 14 – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA – EMPREITADA DE REPAVIMENTAÇÃO DA RUA NOSSA SENHORA DO PILAR – FAJÃ DE CIMA E REQUALIFICAÇÃO DE UM TROÇO NA RUA DE SÃO GONÇALO, FREGUESIAS DE SÃO PEDRO/ FAJÃ DE BAIXO .....</b>	<b>36</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>38</b>



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA**

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30 DE SETEMBRO DE 2014**

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, reuniu, em sessão ordinária, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 30.º e do n.º 1 do art.º 32.º do respetivo regimento, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, sob a presidência de Francisco Rego Costa, tendo Aníbal Raposo como primeiro secretário, por ausência de Alexandra Vitória Falcão Viveiros, e Maria José Botelho Lemos Duarte como segunda secretária, para cumprimento da ordem de trabalhos constante da convocatória de 18 de setembro de 2014.

De acordo com o estabelecido nos números 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, encontravam-se presentes o Senhor Presidente da Câmara, José Manuel Cabral Dias Bolieiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Fernando Manuel Quaresma Coelho Marques Fernandes, e as Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores Fátima Maria Câmara Carvalho de Viveiros Rego Ponte; Luísa Vieira de Magalhães Sousa Moniz; Pedro Filipe Rodrigues Furtado; Francisco Mota Vieira Rodrigues da Câmara; Maria da Graça Câmara Batista; Maria Helena Botelho de Viveiros Batista e Nuno Miguel de Andrade Miranda.

O Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, cumprimentando todos os presentes. Antes de prosseguir com os habituais procedimentos de início de cada sessão, o Senhor Presidente da Mesa informou que a Senhora Deputada Isabel de Almeida Rodrigues, em virtude de ter passado a assumir outras funções políticas na Região, cessou a sua atividade como deputada do Grupo Municipal do PS, facto que comunicou por escrito. Para a substituir, assumiu funções de deputada Dora Cristina Ribeiro Cadete Rodrigues, e, como líder do Grupo Municipal do PS foi designado em sua substituição o Senhor Deputado Carlos Brum Melo, a quem aproveitou para felicitar pelas novas funções. O



Senhor Presidente da Mesa lembrou ainda o importante contributo de Isabel de Almeida Rodrigues para a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, enfatizando igualmente o relacionamento pessoal, para além da dimensão política. Em seguida, a 2ª secretária efetuou a chamada e procedeu à contagem das presenças, sendo de relevar as seguintes faltas e substituições:

**Faltas (justificadas):** Vera Lúcia Pinheiro Pires (BE), Pedro Miguel Medeiros Moura (Presidente da Junta de Freguesia de São Roque); Rui Alexandre Barbosa de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de Capelas).

**Substituições:** Ricardo Filipe Resendes Bettencourt substituiu Luís Maurício Mendonça Santos (vogal PSD); João Manuel Raposo Barbosa substituiu Alexandra Vitória Falcão Viveiros (vogal PSD); Maria Luisa de Medeiros Bairos substituiu Ricardo Manuel Viveiros Cabral (vogal PS); Carlos Miguel Ribeiro Ferreira Barbosa substituiu Carolina Ponte Bastos (vogal PSD); Andrea Gonçalves substituiu Maria da Conceição Morais Monteiro (vogal PS); Cassilda Lopes substituiu Analisa Maia Furtado Lima (vogal PS).

A 1ª secretária da Mesa da Assembleia confirmou a presença dos seguintes vogais e presidentes das juntas de freguesia:

**VOGAIS:**

Noé Venceslau Pereira Rodrigues	PS
Ricardo Filipe Resendes Bettencourt	PSD
Aníbal Duarte Raposo	PS
João Manuel Raposo Barbosa	PSD
António José Ruas Pissarra Canotilho	PSD
Teresa Dolores Mota Ferreira	PS
João Manuel Raposo Barbosa	PSD
Maria Luisa de Medeiros Bairos	PS
Ricardo Alberto Pereira Madruga da Costa	PSD

Maria das Mercês Vasconcelos Silva Pacheco	PS
Jorge Manuel de Almada Macedo	PSD
Maria da Conceição Vieira da Purificação Brasil	PS
Carlos Miguel Ribeiro Ferreira Barbosa	PSD
André Filipe Matos de Carvalho	PS
Francisco José Guedes	PSD
Andrea Gonçalves	PS
Gilberto Araújo Rodrigues	PSD
Dora Cristina Ribeiro Cadete Rodrigues	PS
Cassilda Lopes	PS
Maria José Botelho Lemos Duarte	PSD
Carlos Filipe Brum Amaral Melo	PS
Maria Teresa de Viveiros Tomé	PS
Paulo Vasco Ferreira de Medeiros	PSD
Hélder Manuel Cabral Borges	PS

#### **PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA:**

Bruno Alexandre Machado Correia	Ajuda da Bretanha	PS
Eusébio Paulo Ferreira Massa	Arrifes	PS
João Alberto Silva Pereira	Candelária	PS
Humberto Carlos Cabral de Sousa	Covoadá	PSD
António Luís Moniz dos Anjos	Fajã de Baixo	PS
José Augusto Inácio de Medeiros	Fajã de Cima	PSD
João José Correia de Medeiros	Fenais da Luz	PSD
João Carlos Castro Silva	Feteiras	PSD
João Paulo Arruda Medeiros	Ginetes	PSD
Carlos Manuel da Silva Cabral	Mosteiros	PSD
Duarte Manuel Luzia Carvalho	Pilar da Bretanha	PS
Pedro Miguel da Silva Melo	Relva	PSD

André Filipe Machado Correia	Remédios	PS
Luís Alberto de Sousa Cordeiro	Livramento	PSD
João Carlos Arruda	Santa Bárbara	PS
António Espírito Santo Medeiros Cabral	Santa Clara	MSCVN
Nelson Manuel Borges Silva	Santo António	PS
Jorge Miguel Amaral Oliveira	São José	PSD
Rui Guilherme Pacheco	São Pedro	PSD
José Maria Pereira Rego	São Sebastião	PSD
Rosa Maria da Silva Gomes	S. Vicente Ferreira	PSD
Cidália Maria Guido Medeiros Pavão	Sete Cidades	PS

Após a leitura e confirmação do registo de presenças, e depois de ter dado conhecimento aos presentes da correspondência recebida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu nota de uma correção das listagens de presença das reuniões de 19 de dezembro de 2013 e 19 de fevereiro de 2014, a pedido do relator das Atas, nomeadamente por ser verdade que João Carlos Arruda esteve presente na reunião de 19 de dezembro de 2013 e que Bruno Alexandre Machado Correia esteve presente na reunião de 19 de fevereiro de 2014, ao contrário do que fora mencionado, por lapso, nas respetivas atas. Colocou em seguida a ata da reunião ordinária de 30 de junho à votação. Após a votação, a ata da reunião de 30 de junho foi aprovada por maioria, com duas abstenções da parte do Grupo Municipal do PSD e uma abstenção da parte do Grupo Municipal do PS. Votaram a favor os restantes membros da Assembleia. Apresentaram declaração de voto os três membros da Assembleia que se abstiveram, para justificar a sua abstenção pelo facto de não terem estado presentes na última reunião.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou em seguida aberto o período para a abordagem dos assuntos de antes da ordem do dia.

Handwritten signature and initials, possibly 'C.A.', located at the bottom right of the page.

## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Como primeira intervenção, e por ter sido solicitado por parte de um munícipe o direito a intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à consideração das Senhoras e dos Senhores Deputados que a referida intervenção ocorresse, a título excecional, no início dos trabalhos e não no final, como prevê o regimento, a fim de obviar eventuais prejuízos profissionais ao munícipe decorrentes da necessidade que, de outro modo, obrigaria a assistir à reunião e a esperar pelo final. A proposta recebeu aprovação unânime, pelo que o Senhor Carlos Sá, proprietário de um estabelecimento comercial no centro histórico de Ponta Delgada, se dispôs a intervir, na qualidade de representante de um grupo de comerciantes, tal como fez questão de comunicar.

O Senhor Carlos Sá começou por relevar que dada a aproximação da época natalícia se justifica uma preocupação especial com o comércio local. Exemplificou com o Campo de São Francisco, que para além dos benefícios já alcançados com o programa das Noites de Verão, poderia ser palco de mais animação, eventualmente com recurso a tendas, na eventualidade de haver condições climatéricas desfavoráveis. Chamou ainda a atenção para alguns problemas, prejudiciais para a atividade do comércio local, como o impacto negativo de árvores de maior dimensão, ou a acumulação de lixo em alguns pontos críticos, e deixou em aberto o pedido de um reforço do apoio ao comércio local, que poderia passar, por exemplo, por condições especiais nos parquímetros.

O Senhor Presidente da Câmara fez uso do seu direito de palavra para responder às preocupações veiculadas pelo Senhor Carlos Sá, em representação dos comerciantes, começando por louvar a colaboração e a compreensão dos grupos municipais face ao pedido de alteração da ordem prevista no regimento para a participação do público. Agradeceu em seguida, essa participação, por ser um instrumento de promoção do debate e a afirmação de uma democracia participativa. Reconheceu a importância da

animação do centro histórico de Ponta Delgada para a dinamização do comércio local, destacando, como exemplo desse reconhecimento, e também da convergência de estratégia nesse sentido por parte da autarquia, o programa das Noites do Verão, a iluminação natalícia e outras medidas direcionadas especificamente para a época de Natal, como a isenção, ao fim-de-semana, do pagamento de parquímetros, e o incremento dos horários de Mini-Bus, para além do que é habitual. Realçou a adesão a estas e outras iniciativas como um exemplo da pró-atividade dos comerciantes. Nesse sentido, e em função dos recursos orçamentais, manifestou toda a disponibilidade do Município para dar satisfação ao solicitado pelos comerciantes, em termos de animação do centro histórico como apoio à dinamização do comércio local. Quanto aos problemas elencados, assegurou que os serviços municipais irão ser alertados no sentido de uma intervenção imediata, em conformidade com o alerta de cidadania. Quanto à colaboração nos parquímetros, deixou a garantia de que essa possibilidade irá ser avaliada.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu em seguida a palavra às Senhoras e aos Senhores Deputados para a apresentação dos votos e recomendações elaborados pelos respetivos grupos municipais, os quais se encontram em anexo à presente ata, bem como para outras intervenções que considerassem relevantes e cujas matérias não estivessem incluídas na agenda de trabalhos.

Intervieram no período de Antes da Ordem do Dia, para além dos deputados incumbidos de fazer a leitura dos votos e/ou recomendações, o Senhor Deputado Sérgio Ávila (PSD), o Senhor Deputado André Carvalho (PS), o Senhor Deputado Jorge Macedo (PSD) e o Senhor Deputado Carlos Brum Melo (PS).

O 1º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Senhor Deputado Jorge Macedo, foi um voto de pesar pelo falecimento de Horácio da Silva Garcia. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 2º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Maria Teresa Tomé, foi igualmente um voto de pesar pelo falecimento de Horácio da Silva Garcia. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 3º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Carlos Miguel Barbosa, foi um voto de pesar pelo falecimento de Teodoro de Sousa Pacheco. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 4º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Maria da Conceição Brasil, foi igualmente um voto de pesar pelo falecimento de Teodoro de Sousa Pacheco. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 5º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Dora Cristina Cadete, foi um voto de pesar pelo falecimento de Raul Alberto Pacheco Cabral. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 6º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Carlos Barbosa, foi um voto de pesar pelo falecimento de Peter Mark Stockreef, cônsul honorário do Canadá. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 7º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco, foi um igualmente um voto de pesar pelo falecimento de Peter Mark Stockreef, cônsul honorário do Canadá. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 8º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Teresa Dolores Ferreira, foi um voto de congratulação pelos 135 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 9º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado André Carvalho, foi um voto de louvor ao atleta Gonçalo Rodrigues, do Clube Naval de Ponta Delgada, pela obtenção do título de campeão europeu de Júniores de Jetski, que se juntou ao título nacional obtido na mesma modalidade, também no escalão de juniores, e ao 3º lugar na classificação geral. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 10º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado António Canotilho, foi igualmente um voto de ao atleta Gonçalo Rodrigues, do Clube Naval de Ponta Delgada, pela obtenção do título de campeão europeu de Júniores de Jetski. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 11º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Jorge Macedo, às entidades envolvidas no combate ao incêndio que deflagrou recentemente nas instalações do Centro de Saúde de Ponta Delgada, na Rua Conselheiro Luís Bettencourt, destacando as Associações Humanitárias dos Bombeiros de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, os serviços Municipal e Regional de Proteção Civil, a Polícia de Segurança Pública e a Polícia Municipal. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 12º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Ricardo Madruga da Costa, foi um voto de congratulação pelos resultados obtidos pelo Município de Ponta Delgada no índice de transparência Municipal. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 13º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado António Canotilho, foi um voto de congratulação pelos resultados obtidos pelo Shotokan Dojo Clube de Ponta Delgada nos campeonatos do mundo de Karaté, com a obtenção de medalhas de ouro, prata e bronze, com destaque para a atleta

Carolina Bento. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 14º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Maria Luisa Bairos, foi igualmente um voto de congratulação pelos resultados obtidos pelo Shotokan Dojo Clube de Ponta Delgada nos campeonatos do mundo de Karaté. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 15º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Sérgio Ávila, foi igualmente um voto de congratulação pelo empreendimento de ampliação da escola EB José Cordeiro, nos Arrifes. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Pedi para apresentar declaração de voto o Senhor Deputado Carlos Brum Melo, tendo declarado que sem se opor à virtude do investimento, o PS realça que se trata de ações que são competências da Câmara Municipal.

O 16º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através da Senhora Deputada Maria José Duarte, foi um voto de congratulação pelo sucesso das Noites de Verão de Ponta Delgada. Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Pedi para apresentar declaração de voto o Senhor Deputado Carlos Brum Melo, tendo reiterado que também aqui se está no âmbito das competências municipais, embora o PS se congratule com o evento. Aproveitou para apresentar a disponibilidade do PS para propostas de melhoria, por se entender que é possível ir além do que já é feito.

O 17º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião, José Maria Pereira Rego, foi um voto de congratulação pelo empreendimento de requalificação e ampliação da Escola EBI da Matriz (Anexas). Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Pediu para apresentar declaração de voto o Senhor Deputado André Carvalho, tendo afirmado que o PS fica satisfeito sempre que há obras no concelho, mas salienta a constatação de que foram apresentados dois votos com o mesmo conteúdo, embora para escolas diferentes, reiterando igualmente a crítica já apontada de que se trata de competências da Câmara.

Pediu igualmente para apresentar declaração de voto o Senhor Deputado Sérgio Ávila, para referir que apesar de se tratar de atributos da Câmara Municipal de Ponta Delgada, deve atender-se ao facto de que o sucesso tem sido reconhecido, e citou, como exemplo de obras de sucesso, o empreendimento do Campo de São Francisco, salientando a inexistência de derrapagem financeira. Destacou também o impacto positivo das obras em questão para a vertente da educação e para as crianças beneficiárias destas melhorias.

O 18º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco, foi um voto de congratulação pelo 10º aniversário do Teatro Micaelense.

O PSD, através do Senhor Deputado Jorge Macedo, associou-se a este voto, sublinhando a importância da sua recuperação e da oferta cultural, que vem complementar a oferta do Coliseu Micaelense.

Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O 19º voto, apresentado pelo Grupo Movimento Santa Clara Vida Nova, através do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara, António Cabral, foi uma recomendação, resultante de uma moção de desagrado aprovada na Assembleia de Freguesia de Santa Clara, por não se ter efetivado a transferência da gestão do Centro Cívico de Santa Clara para a freguesia.

O PS, através do Senhor Deputado Carlos Brum Melo, associa-se à recomendação do MSCVN.

A assembleia tomou conhecimento.

Não havendo mais votos a apresentar, o Senhor Deputado Carlos Brum Melo pediu a palavra para solicitar à Mesa da Assembleia a prorrogação do Período de Antes da Ordem do Dia. O Senhor Presidente da Mesa declinou indeferiu o pedido, com base nas disposições regimentais, informando que já tinha havido prorrogação de 30 minutos para além dos 60 minutos previstos e frisando que restavam apenas quatro minutos para debate no período de Antes da Ordem do Dia.

Pediram para fazer uso da palavra no tempo restante do Período de Antes da Ordem do Dia a Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco e o Senhor Deputado Carlos Brum Melo.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco referiu-se às edificações seiscentistas e setecentistas em Ponta Delgada, chamando a atenção para o estado de degradação em que se encontram, bem como para o facto de algumas delas terem inclusive já desaparecido. Sugeriu, por isso, que se pense num roteiro turístico valorizador deste património, deixando o alerta pessoal de que não existem guias turísticos disponíveis na cidade. Referiu-se também à questão da restauração do banco de Antero de Quental, questionando o executivo camarário sobre o ponto de situação e sobre qual o perito anterior contactado para a informação de suporte da decisão a adotar.

O Senhor Deputado Carlos Brum Melo fez referência a quatro pontos: o Conselho Municipal da Juventude, que continua sem reunir há mais de um ano; o Parque Urbano, cujos equipamentos pedagógicos se encontram destruídos, questionando o executivo camarário sobre o ponto de situação, e dando nota de um conjunto de declarações prestadas à imprensa escrita regional pelo gestor da empresa Cidade em Acção, e que classificou como desadequadas, infelizes e impróprias da posição de

que ocupa como gestor de uma empresa do SEL; o pedido de que toda a documentação que envolva despesa seja acompanhada dos respetivos documentos de cabimento; o Portal da Câmara de Ponta Delgada na Internet, que regista melhorias nalguns pontos, mas relevando um vazio de notícias no período entre 2005 e 2012.

Por se ter esgotado o tempo regimental para o período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrado este período, e em resposta a uma interpelação do Senhor Deputado Carlos Brum Melo, deu conta de que as respostas do Senhor Presidente da Câmara às intervenções precedentes poderiam ser incluídas no debate da Atividade Camarária.

## **ORDEM DO DIA**

Intervieram no debate do período da Ordem do Dia, para além do Senhor Presidente da Câmara, José Manuel Cabral Dias Bolieiro, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Francisco Rego da Costa, a Senhora Deputa Dora Cristina Capeto (PS), o Senhor Deputado Hélder Borges (PS), a Senhora Deputada Maria da Conceição Brasil (PS), o Senhor Deputado Jorge Macedo (PSD), a Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco (PS), o Senhor Deputado Noé Rodrigues (PS), o Senhor Deputado André Carvalho (PS), o Senhor Deputado Carlos Brum Melo (PS) e o Senhor Deputado Ricardo Madruga (PSD).

## **PONTO 1 - INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA**

Após endereçar cumprimentos à Mesa da Assembleia e a todos os presentes, e antes da apresentação da Atividade Camarária propriamente dita, o Senhor Presidente da Câmara teceu algumas referências prévias relativamente ao funcionamento da Assembleia Municipal. Saliou a melhoria nas infraestruturas de som, que vem dar resposta a críticas apontadas sobre este ponto, registando, ao mesmo tempo, o profissionalismo do parceiro comercial nesta vertente. Lembrou que a reunião da Assembleia Municipal se está a realizar no quadro do novo regimento, e já com sinais claros da sua aplicação, como por exemplo o exercício disciplinador conferido ao Senhor Presidente da Mesa. Saliou que a documentação se encontra distribuída e está em conformidade com as disposições legais, quer no que se refere à atividade dos serviços municipais, quer no que se refere à informação financeira. Dando assim por adquirido a suficiência da informação previamente distribuída, distinguiu, como é sua prática, alguns pontos fundamentais da atividade camarária. Começou porém por contrapor as críticas apontadas quanto a uma aparente redundância nos votos de congratulação sobre empreendimentos do Município. Em primeiro lugar, focalizou o assunto em termos de opções e de prioridades. Sendo óbvio que tudo são competências da Câmara, porque se assim não fosse não haveria um enquadramento legal, defendeu que para se fazer um investimento é necessário abdicar-se de outro. Nos casos em apreço, investiu-se na educação, como uma prioridade. Referiu, como exemplo de prioridade dada à Educação, o Projeto Ciência Divertida. Este projeto e outras ações vêm justificar a necessidade sentida, e manifestada nos votos, de evidenciar o investimento na educação, como aconteceu por exemplo com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião.

Ainda sobre esta matéria, confessou as suas expectativas de que à ação autárquica se associe, da parte da Administração Regional, um esforço de investimento na modernização do mobiliário para o funcionamento das escolas.

Quanto aos pontos que elegeu como fundamentais, destacou:

- Outras ações Educativas: assegurar às famílias que não haverá aumento das mensalidades dos ATL, à exceção da flexibilidade decorrente da melhoria ou redução dos rendimentos das famílias, conforme previsto no regulamento;
- A obtenção de resultados com poucos meios, e a definição de prioridades;
- Os empreendimentos da Rua de Nossa Senhora do Pilar, nas freguesias de Fajã de Cima, Fajã de Baixo e São Pedro, envolvendo montantes na ordem de 898 mil euros, em grande parte com recurso a fundos comunitários – destacou, a propósito do financiamento comunitário, que a Câmara de Ponta Delgada atingiu o máximo do seu plafond, dando mostras de um capacidade de otimização que noutros municípios não se verificou;
- A intervenção no Caminho de Mafra, na freguesia dos Mosteiros, uma obra de requalificação difícil, do ponto de vista técnico, mas que é crucial para a segurança dos cerca de 200 moradores – aqui aproveitou para sinalizar outro caso que carece de intervenção, na freguesia dos Ginetes, que é a zona das Galhardas;
- Os trabalhos de saneamento e substituição de condutas e adutoras, realizados através dos SMAS, que representaram um investimento superior a 2 milhões de euros – e realçou a importância de, num contexto económico adverso, pautado pela austeridade, serem asseguradas condições de empregabilidade às empresas do setor da construção com este contributo;
- As candidaturas a apoios por parte das IPSS e no âmbito do apoio ao Desporto;
- O sucesso das Noites de Verão, em Ponta Delgada, claramente reconhecido, como atesta o elogio feito pelo representante dos comerciantes no início da sessão, elogio esse que foi reforçado com a proposta de se fazer ainda mais – e não uma crítica, como erradamente há quem infira;
- A animação natalícia, ainda que com carácter prospetivo, prevista para o Orçamento de 2015, atualmente em fase de elaboração.

Em seguida informou a Assembleia de que através da Empresa Municipal Cidade em Acção decorreu um processo de concessão que permitirá a inauguração, prevista para as próximas três semanas, do restaurante Quinta dos Açores, no Parque Urbano de Ponta Delgada.

Em relação à apresentação financeira, manifestou a sua congratulação, embora não o faça descansar, com a execução orçamental de janeiro a agosto de 2014, tendo em conta a comparação com o período homólogo de 2013. Destacou, do lado das receitas, que em 2013 se havia registado uma execução de 46,6% quando em 2014 atingiram os 64,7%, e do lado da despesa, para um nível de execução de 43,6% em 2013, em 2014 há a registar 58,1% de execução. Este facto, advogou, denota a aproximação em aceleração entre a estimativa e o realismo da execução e é prova de que se está no caminho adequado.

Relativamente às questões colocadas no Período de Antes da Ordem do Dia, e em resposta à Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco, afirmou que a proposta de um roteiro turístico é muito bem-vinda e enquadra-se bem no tipo de projeto que pode ser candidatado a fundos comunitários. Poderia até promover a associação com o Governo Regional. Destacou as virtudes de um projeto como este enquanto fator de potenciação da regeneração e requalificação urbana, tal como defendeu no Workshop organizado pela UAc, numa palestra que intitulou "Inovar regenerando". Sobre a necessidade de haver mais informação escrita, assumiu que tem sido cumprida essa recomendação e que a documentação escrita continuará a ser objeto de reformulação, nomeadamente através da sua disponibilização nos Centros de Turismo. Prevê-se inclusive o recurso aos dispositivos móveis, como por exemplo no ambiente Android, dependendo, para a prossecução deste objetivo, de parcerias com outras entidades, como por exemplo o Governo Regional, igualmente parte interessada na captação de movimento turístico. Quanto à questão do Projeto Antero de Quental, informou, primeiro, que se trata de um elemento consequencial da Obra de Requalificação do Campo de São Francisco, e apesar de esta ser uma valorização

prioritária, não foi ainda possível, no quadro atual de necessidades, cumprir os objetivos propostos.

Em resposta à intervenção do Senhor Deputado Carlos Brum Melo, admitiu que o Conselho Municipal de Juventude está em prazo e garantiu que o alerta será registado. Quanto ao Parque Urbano, relativizou a gravidade presente nas críticas às declarações do gestor da empresa Municipal Cidade em Acção, explicando que essas declarações não foram feitas do ponto de vista da comunicação e do marketing político, mas sim numa tónica de objetividade e franqueza. Reconheceu a existência dos pontos críticos assinalados, asseverando que, de acordo com nota recebida do referido gestor, já houve intervenção no sentido de conseguir melhorias, citando o exemplo da beneficiação das instalações sanitárias, ou do tratamento da relva. Quanto aos bebedouros, por ser uma solução mais dispendiosa, informou que o assunto continua a ser avaliado. Assinalou, como explicação adicional, que o Município não pode, por força da Lei, transferir verbas para aquela empresa que sejam consideradas investimento, e os meios das empresas são muitas vezes insuficientes. Informou que estão a ser estudadas soluções, sendo certo que esta situação é motivo de preocupação para a Câmara Municipal. No que respeita à informação de cabimento, esclareceu que esse é um requisito legal, e, como tal, tem sido cumprido, é sindicável e está à partida assegurado. Finalmente, sobre o *site* da Câmara, afirmou que tem sido feito um esforço de modernização e que nesse âmbito está a ser feita uma recuperação de informação detalhada, a par de instruções que têm vindo a ser dadas aos serviços no sentido da otimização deste espaço.

O Senhor Presidente da Mesa abriu em seguida um período de inscrições para o uso da palavra no âmbito do ponto reservado ao debate sobre a Atividade Camarária.

Por ser consensual, pelas 16.30 horas, o Senhor Presidente da Mesa determinou a realização de um intervalo com a duração de 15 minutos.

Com o recomeço dos trabalhos, pelas 16.50 horas, começou por intervir o Senhor Deputado Carlos Brum Melo, para agradecer, primeiro, o contributo de Isabel de Almeida Rodrigues no desempenho do seu trabalho, formulando votos de que continue a ser bem-sucedida nas suas novas funções. Agradeceu depois o voto que lhe foi dirigido pela posição de Líder parlamentar que passou a ocupar, e informou a Mesa da Assembleia que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque não pôde comparecer na reunião, por motivos imprevistos. Enalteceu a entrada em vigor do novo regimento, pedindo, ao mesmo tempo, a possibilidade de haver alguma tolerância para desvios, em situações pontuais em que tal seja fundadamente requerido. Neste contexto, deixou o alerta de que o período de apresentação de votos não seja tão extenso. Em resposta à questão suscitada aquando dos votos de congratulação com os investimentos na educação, e mesmo noutros aspetos relacionados com esta matéria, relevou que não foram contemplados outros assuntos, como, por exemplo, a atribuição de bolsas de estudo a mais alunos, o problema do amianto nas escolas, etc. Relativamente ao Parque Urbano, e mais concretamente às declarações do gestor da empresa Cidade em Acção, insistiu em considerar que não foram tão simples como foi afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara, nem tão apropriadas como deveriam ser. Criticou ainda as estratégias seguidas no desenvolvimento dos investimentos, e que na sua perspetiva exigem soluções mais criativas. Levantou a questão da segurança, deixando a proposta de que haja um reforço de meios da Polícia Municipal e a alocação de verbas para segurança privada. Finalmente, fez referência ao Minigolfe, questionando o executivo camarário sobre a sua rentabilidade, e, caso não exista, por que razão não há opções alternativas.

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder à intervenção precedente, que começou por assumir a omissão da resposta à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara. Aproveitou ainda para fazer referência ao Orçamento Participativo, também omissa na apresentação anterior. Já no âmbito do tema do investimento na educação, como resposta ao Senhor Deputado Carlos Brum Melo, e a título de afirmação da posição

L.A. 

que defende no âmbito deste tema, enalteceu a noção de que o investimento em educação é o melhor investimento para o futuro. Trata-se de prioridades que constituem uma resposta reivindicativa das comunidades locais. Neste quadro, a Câmara de Ponta Delgada tem feito um esforço no sentido de acompanhar a evolução demográfica, indo assim além do nível reivindicativo. Quanto às bolsas de estudo, advogou que o reforço na aposta em bolsas de estudo faria sentido se houvesse uma ausência desse regime ao nível do Governo Regional. Como não é o caso, o que regista com agrado, essa solução, da parte da autarquia, será orientada para prémios de mérito escolar e apoio aos idosos. Sobre a empresa municipal Cidade em Acção, e após um aparte de que poderia parecer redundante, reafirmou que o Setor Empresarial Local tem um enquadramento específico. Historicamente, a sua génese está relacionada com uma estratégia de agilização de gestão, nomeadamente ao nível das fontes de financiamento, tal como aconteceu, inclusive nas empresas públicas sob alçada da administração regional. Com a mudança da Lei, a tendência passou a se quase a extinção do SEL. Esta realidade cria dificuldades na consolidação do endividamento municipal, e este é um esforço que diz respeito a todos os municípios, a bem da sustentabilidade. Deixou em seguida um exemplo desta situação: a criação, pelo Tribunal de Contas, de uma jurisprudência ainda mais restritiva, vedando, agora, o recurso a contratos-programa para a transferência de verbas que possam ser canalizadas para o investimento. O caso da Cidade em Acção e do Parque Urbano reflete bem essa contrariedade. Relativamente às questões de segurança, explicou que o sistema de videovigilância foi vandalizado, e assumiu a necessidade de se fazer o equilíbrio entre os custos de manutenção da vigilância e os custos da reparação. Sobre o minigolfe, comunicou que a situação se encontra em avaliação, estando a ser equacionada a possibilidade de novas soluções.

Em resposta às críticas da Assembleia de Freguesia de Santa Clara trazidas à Assembleia pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, o Senhor Presidente da Câmara começou por afirmar que estão em curso negociações sobre a gestão do Centro Cívico de Santa Clara. Na sua perspetiva, esta questão coloca-se principalmente na dignificação do estatuto de autonomia na gestão do equipamento.

Já no que respeita aos custos envolvidos, sublinhou que foi prestada informação cabal, pondo de lado a criação de um condicionamento sub-reptício. A Câmara fez uma proposta, que é negociável, como dita a boa-fé existente na relação do Município com a Junta de Freguesia.

O Senhor Presidente da Câmara aproveitou em seguida para informar que irá ser distribuído um boletim com os projetos a implementar que foram aprovados no âmbito do Orçamento Participativo.

O Senhor Presidente da Mesa felicitou o Senhor Presidente da Câmara pelo sucesso granjeado pelo Orçamento Participativo e deu a palavra à Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco referiu-se aos relatórios apresentados pelos serviços que integram os documentos de suporte à informação de atividade camarária, destacando a pobreza da informação, criticável por ser demasiado escassa e simplista e pela baixa qualidade dos textos, nomeadamente ao nível da pontuação e da acentuação. No que respeita à questão do roteiro turístico anteriormente abordada, acrescentou que caberá ao Senhor Presidente da Câmara diligenciar junto da Administração Regional a melhor forma de garantir a colocação de informação nos locais adequados.

Fez em seguida uso da palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo, começando por relevar a boa aplicação que está a ser implementada dos tempos de intervenção estipulados no regimento. Relativamente aos votos de congratulação, criticou aquilo que designou como a classificação de "pouco excelente" ou "pouco péssimo". E deu como exemplo de diferença, a posição do PSD quando se associou de forma cabal ao voto de congratulação pelo 10º aniversário do Teatro Micaelense. Acrescentou ainda, corroborando as afirmações do Senhor Presidente da Câmara, que foram realizados investimentos noutras áreas, como nas acessibilidades, citando o exemplo da intervenção no Pico de Mafra. Afirmou que o PSD se congratula e apoia as opções

seguidas de atividade camarária, reforçando o mérito de o fazer com clareza e transparência financeira, e concluiu com um voto de felicitações ao executivo camarário ao qual anexou o elogio pelas opções tomadas.

Em seguida, interveio a Senhora Deputada Maria da Conceição Brasil, que começou por denunciar o problema do lixo, com bastantes pontos críticos na cidade. Deu o exemplo dos resíduos acumulados junto aos contentores na Rua Vila Nova, e um puco por toda a cidade, bem como da existência de seringas abandonadas por toxicodependentes, alertando para o facto de haver já turistas a queixarem-se da situação, e questionou o executivo sobre quais as soluções que pensa vir a adotar. Chamou também a atenção para os camiões de farinha que abastecem as padarias no centro da cidade, como por exemplo na Rua do Contador e na Rua do Frias, impedindo a circulação do trânsito durante 3 horas uma vez por semana.

Na intervenção seguinte, a Senhora Deputada Dora Capeto referiu-se ao ponto nº 7 do relatório da Divisão de Desenvolvimento Social, relativo ao Grupo de Trabalho para a Inclusão Social. Criticou a pobreza de informação, defendendo a importância de se conhecerem melhor os dados relacionados com a atividade deste grupo.

Nesta altura, o Senhor Deputado Jorge Macedo fez uma interpelação à Mesa da Assembleia, remetendo para o tempo de 30 minutos previsto para cada ponto na ordem do dia com um incremento de 15 minutos, em casos especiais, já ultrapassado. Defendeu por isso que as intervenções fossem mais condensadas.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia registou a interpelação, no entendimento de que os tempos regimentais devem ser respeitados, e pediu a colaboração de todos para se condensarem as intervenções, sempre que for possível.

Em seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Brum Melo para se referir novamente à situação financeira das empresas do SEL, que, no seu entender, deve ser sustentável, sendo essa a preocupação central das suas intervenções. No caso em apreço, defendeu que a responsabilidade não é só das leis e das entidades

externas, mas igualmente das prioridades seguidas, inclusive no mandato anterior. Ainda quanto à obediência às disposições regimentais, advogou que a preocupação pelo regimento não deve obstruir a identificação e a procura de soluções para os problemas da Câmara.

Ainda sobre a aplicação do regimento, usou novamente da palavra o Senhor deputado Jorge Macedo, com a afirmação de que apesar de ser aceitável a tolerância de fazer ajustamentos, essa tolerância não pode ser levada ao extremo.

Interveio em seguida o Senhor Deputado Hélder Borges, para sinalizar, por referência ao Projeto de Mini-bus, que continuam por cumprir os compromissos assumidos e que ainda não há respostas concretas. Acrescentou, no entanto, que há propostas efetivas do PS para um projeto de mobilidade em Ponta Delgada, as quais passam, por exemplo, pela intermobilidade e por horários de funcionamento mais alargados. Concluiu enfatizando a importância deste plano e a necessidade de adequar a rede de transporte às necessidades dos munícipes.

A concluir esta série de intervenções, o Senhor Deputado André Carvalho levantou a questão da mini-rotunda do Paim, que descreveu como uma grande confusão num dos principais acessos à cidade, dado o estrangulamento da via que ali se regista, e perguntou se está previsto melhorar as condições para resolver o problema, e de que modo.

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre as questões precedentes ou dar resposta aos pedidos de esclarecimento.

O Senhor Presidente da Câmara registou, em primeiro lugar, reportando-se às críticas apresentadas sobre os relatórios de atividade, que o que se constata é uma mera procura de defeitos, e esclareceu que há total abertura a requerimentos escritos, sempre que surjam dúvidas. Reafirmou que têm vindo a ser feitos

aperfeiçoamentos, adiantando também que está em preparação um modelo-tipo para os serviços, de acordo com a natureza da documentação. Fez ainda questão de sublinhar que a pertinência das intervenções está na atividade e não na apresentação. Manifestou, ainda assim, a recetividade do Município para todas as questões que possam ser contributos para se melhorar. Esclareceu também que se trata, aqui, de relatórios de progresso e não de relatórios de projeto, e salientou que esta distinção deve ser tida em conta quando reclamam mais informações sobre os resultados nos relatórios. Expressou também a sua concordância com o princípio de que os tempos das intervenções devem ser disciplinados, manifestando, em defesa desse princípio, a sua recetividade para que haja formulação de perguntas por escrito. Sobre o problema do impacto na circulação do trânsito causado pelas cargas e descargas das padarias, sublinhou que sempre que há desrespeito pelas regras estabelecidas, as autoridades têm o dever de atuar. No caso concreto assinalado, lembrou que há um regulamento com horários para essas operações nas padarias. Relativamente ao SEL, e aos argumentos do Senhor Deputado Carlos Brum Melo, o Senhor Presidente da Câmara, colocou novamente a ênfase na alteração do cenário jurídico-legal. Em resposta ao pedido de esclarecimento do Senhor Deputado Hélder Borges sobre o Projeto para os Mini-Bus, informou que o ponto de situação é o que tem sido anunciado, sendo portanto do conhecimento público, e que se está a trabalhar no objetivo de conjugar a rede interurbana de transportes com a rede urbana, para além do contencioso jurídico em curso, que também é conhecido. Relativamente à rotunda do Paim, esclareceu o Senhor Deputado André Carvalho que, na Comissão Municipal de Segurança Rodoviária, que integra a PSP, a Prevenção Rodoviária, a Polícia Municipal e os Serviços da Câmara, o problema foi avaliado e concluiu-se pela atual rotunda como solução, não sendo, deste modo, uma opção exclusiva do Município. Apesar de constatar que a situação atual está melhor do que a anterior, o Senhor Presidente da Câmara manifestou, da parte do executivo, recetividade para novas soluções.

Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa deu por findo o debate do primeiro ponto da Ordem do Dia.



**PONTO 2 – APSM – ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E SOCIAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA – PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO**

Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada, por unanimidade, na reunião de 26 de junho de 2014, foi presente o Ofício 14757/2014, da Câmara Municipal, de 10 de julho de 2014, endossando o pedido de concessão de Apoio Financeiro da Associação Cultural, Recreativa e Social dos Serviços Municipalizados do Município de Ponta Delgada, no valor de 3.650 euros (três mil seiscentos e cinquenta euros), para efeitos de autorização por parte da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara colocou à consideração dos membros da Assembleia que a discussão e votação deste ponto dispensassem apresentação da sua parte, dada a suficiência da informação disponibilizada, não tendo sido manifestada qualquer oposição a esta proposta.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar o apoio financeiro à Associação Cultural, Recreativa e Social dos Serviços Municipalizados do Município de Ponta Delgada, no valor de 3.650 euros (três mil seiscentos e cinquenta euros).

**PONTO 3 – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA – PROPOSTA PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A NOMEAÇÃO DO TITULAR DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada, por unanimidade, na reunião de 10 de setembro de 2014, foi presente o Ofício 18934/2014, da Câmara Municipal, de 16 de setembro de 2014, com a proposta dos Serviços Municipalizados do Município de Ponta Delgada para abertura de procedimento concursal para nomeação do titular do cargo de direção intermédia de 2º grau responsável pela Divisão Administrativa e Financeira, para efeitos de aprovação por parte da Assembleia Municipal.

Mais se propõe à Assembleia, nos termos da mesma deliberação camarária, a designação do júri do procedimento, com a seguinte composição: Presidente: Luísa Vieira de Magalhães de Sousa Moniz, Vogal do Conselho de Administração; 1º Vogal – Jorge Ferreira da Silva Nemésio, Diretor Delegado dos SMAS; 2º Vogal – João Carlos do Monte Garcia, Chefe de Divisão dos SMAS; 1º Vogal Suplente – Maria da Graça Estrela Roque Costa Matos, Diretora do Departamento de Planeamento e Urbanismo da Câmara Municipal de Ponta Delgada; 2º Vogal Suplente – Joana Gabriela Tavares Pacheco Rodrigues Filipe, Chefe da Divisão de Gestão Financeira da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento concursal para nomeação do titular do cargo de direção intermédia de 2º grau responsável pela Divisão Administrativa e Financeira dos Serviços Municipalizados do Município de Ponta Delgada. Mais deliberou aprovar a composição do júri designado para o referido procedimento, nos termos da deliberação camarária de 16 de setembro de 2014.

#### **PONTO 4 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA O FORNECIMENTO E MONTAGEM DE 17 ECOLILHAS**

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, tomada, por unanimidade, na reunião de 10 de setembro de 2014, foi presente o Ofício 19256/2014, da Câmara Municipal, de 19 de setembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para autorização, a assunção de compromisso plurianual para o fornecimento e montagem de 17 ecoilhas, inerente ao ano de 2015, no montante de 308.776,81 euros (trezentos e oito mil setecentos e setenta e seis euros e oitenta e um cêntimos) de acordo com a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a assunção de compromisso plurianual para o fornecimento e montagem de 17

Ecoilhas, inerente ao ano de 2015, no montante de 308.776,81 euros (trezentos e oito mil setecentos e setenta e seis euros e oitenta e um cêntimos).

#### **PONTO 5 – 1ª REVISÃO AO PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 13ª MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA**

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, tomada, por unanimidade, na reunião de 10 de setembro de 2014, foi presente o Ofício 19246/2014, da Câmara Municipal, de 19 de setembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, a 1ª revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos e a 13ª modificação ao Orçamento da Despesa da Câmara Municipal.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a 1ª revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos e a 13ª modificação ao Orçamento da Despesa da Câmara Municipal.

#### **PONTO 6 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO**

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, tomada, por unanimidade, na reunião de 10 de setembro de 2014, foi presente o Ofício 19245/2014, da Câmara Municipal, de 19 de setembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para autorização, nos termos do n.º 77 da lei 75/2013, de 12 de setembro, do relatório final elaborado no âmbito do procedimento de ajuste direto para a prestação de serviços de auditoria externa de Revisor Oficial de Contas, em que se propõe a adjudicação à empresa UHY & Associados, SROC, pelo valor de 28.950 euros (vinte e oito mil novecentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA à taxa em vigor, e com o prazo máximo de 36 meses.

Mais se submete à autorização, pelo órgão deliberativo, da assunção do compromisso plurianual de 11.387 euros (onze mil trezentos e oitenta e sete euros)

para 2015, 11.387 euros (onze mil trezentos e oitenta e sete euros) para 2016, e 7.847 euros (sete mil oitocentos e quarenta e sete euros) para 2017, a ser efetuada no âmbito do referido procedimento.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a adjudicação, à empresa UHY & Associados, SROC, da prestação de serviços de auditoria externa, nos termos do relatório final elaborado no âmbito do procedimento de ajuste direto para a prestação de serviços de auditoria externa de Revisor Oficial de Contas. Mais deliberou, por unanimidade, autorizar a assunção do compromisso plurianual de 11.387 euros (onze mil trezentos e oitenta e sete euros) para 2015, 11.387 euros (onze mil trezentos e oitenta e sete euros) para 2016, e 7.847 euros (sete mil oitocentos e quarenta e sete euros) para 2017, a ser efetuada no âmbito do referido procedimento.

#### **PONTO 7 – IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – 2015**

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, tomada, por unanimidade, na reunião de 16 de setembro de 2014, e em conformidade com o n.º 5 do ar.º 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, foi presente o Ofício 19263/2014, da Câmara Municipal, de 19 de setembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, a aplicação do limite mínimo legal de 0,3% para o Imposto Municipal sobre Imóveis de 2015.

O Senhor Deputado Noé Rodrigues pediu para fazer uso da palavra para solicitar esclarecimento sobre qual foi o crescimento da receita de IMI resultante da reavaliação patrimonial dos imóveis e qual o montante que é afetado a esta proposta de redução.

Também pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Madruga para salientar que esta proposta representa a concretização de uma proposta eleitoral feita aos munícipes pelo PSD: prosseguir a redução do IMI sem prejudicar o limite orçamental

até ao limite mínimo. Saudou, deste modo, o cumprimento da proposta eleitoral e o facto de o fazer em metade do tempo do que se propunha fazer o candidato do PS à Presidência da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara lembrou que era um objetivo unânime atingir-se o limite mínimo legal, e frisou que se está a dar, assim, resposta a uma reivindicação manifestada no ano anterior, um reconhecimento que espera ver confirmado na votação final. No pressuposto da pergunta do Senhor Deputado Noé Rodrigues não ter em conta o limite que o Orçamento de Estado determinou quanto à avaliação máxima, esclareceu que era necessário avaliar primeiro os impactos para chegar à decisão agora tomada, o que não era possível ante a incerteza da receita de IMI a cobrar, dada a dificuldade criada pela existência do referido teto de 75 euros para os aumentos resultantes das reavaliações. A redução, para o ano de 2014, em apenas 50%, também se deveu em grande parte à perspectiva da criação do Fundo de Apoio Municipal e à possibilidade de serem afetadas verbas a este Fundo provenientes do IMI. Foi, portanto, uma decisão cautelosa. Ainda no quadro de crescimento da receita que resultou da reavaliação dos imóveis, apontou como fator a ter em conta que era sabido que a proteção dos proprietários através da fixação do limite máximo de aumento em 2015 deixaria de existir, o que facilitou e obrigou a uma atualização das previsões. Deste modo, as estimativas realizadas acompanharam a estratégia de competitividade territorial interna do Município, em termos fiscais, quer ao nível dos particulares quer ao nível das empresas, como por exemplo a hotelaria. Tratou-se, como afirmou, de estratégias devidamente planeadas e não de circunstância, e realçou o facto de que o objetivo de limite mínimo vai ser atingido no primeiro ano de mandato, ao mesmo tempo que constitui um instrumento fundamental de atração turística e competitividade territorial. Deu ainda conta dos valores associados às taxas de IMI de 2014 e de 2015: com a taxa atual de 0,35%, estima-se atingir, em 2014, um montante de receita de IMI na ordem de 7,4 milhões de euros. Com uma taxa de 0,30% em 2015, a receita cifrar-se-á, de acordo com as estimativas, em 7,1 milhões de euros. Concluiu com a afirmação de que esta descida configura um

estímulo à economia, em vez de ser uma sobrecarga para o contribuinte e um obstáculo à vitalidade da atividade económica.

Pedi para reformular as perguntas dirigidas ao executivo camarário o Senhor Deputado Noé Rodrigues, afirmando, primeiro que a questão que colocou não foi de oposição, nem do tempo em que é aplicada a medida e perguntando, novamente, qual foi o aumento de receita que resultou da reavaliação dos imóveis e qual é a perda de receita com a aplicação da nova taxa.

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara remeteu para as explicações já prestadas, e para os números que acabara de avançar, suscitando a possibilidade de transcrever o teor da documentação que fundamentou o seu relato, e que o Senhor Deputado Noé Rodrigues concordou em que fosse dispensada.

O Senhor Deputado Carlos Brum Melo interveio para referir que o PS é inteiramente favorável a esta redução, na medida em que reduz os encargos para as famílias e torna o concelho mais competitivo, e aproveitou para perguntar qual é a contribuição do IMI para o Fundo de Apoio Municipal.

O Senhor Presidente esclareceu que o Fundo de Apoio Municipal está constituído, pelo que já não há, fruto desta deliberação, qualquer influência quanto à determinação do fundo. Acrescentou ainda que o valor da contribuição do Município de Ponta Delgada corresponde a 267.000 euros.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a aplicação do limite mínimo legal de 0,3% para o Imposto Municipal sobre Imóveis de 2015.

Pedi para apresentar declaração de voto o Senhor Deputado Noé Rodrigues, declarando que a repetição das perguntas feitas por si deveu-se ao propósito de se ficar a perceber que apesar de se estar a reduzir o encargo fiscal para as famílias e para as empresas, a Câmara vai aumentar a receita de IMI, face aos valores

anteriores à reavaliação patrimonial dos imóveis. Aproveitou para fazer o paralelo com a taxa da derrama, em que, na sua perspetiva, seria possível fazer o mesmo exercício.

### **PONTO 8 - PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO ENTRE A CMPD E A AZORES PARQUE, SA**

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, tomada, por unanimidade, na reunião de 16 de setembro de 2014, foi presente o Ofício 19268/2014, da Câmara Municipal, de 19 de setembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta de resolução do contrato-programa celebrado entre a CMPD e a Azores Parque, SA., no âmbito de aplicação do n.º 1 do art.º 36.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, com efeitos a 1 de janeiro de 2014.

Pedi para intervir o Senhor Deputado Hélder Borges, para levantar várias questões, fazendo eco da documentação que acompanhou o assunto à reunião de Câmara: perante o cenário evidenciado na documentação financeira, e considerando a eventual insuficiência da empresa para gerar receitas próprias, poderá estar em causa a sua continuidade, considerando a diminuição de receita em 4 milhões de euros decorrente do fim das transferências através de contratos-programa, e a consequente obrigatoriedade de gerar receitas. Daí que sendo de perspetivar um cenário de reintegração ou internalização, poderá ser colocado em causa o equilíbrio financeiro do Município. A concluir, perguntou qual é a estratégia desenhada para contrariar este cenário.

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara reevocou a obrigatoriedade legal da resolução do contrato-programa. Quanto às soluções, admitiu que poderão ser objeto de discussão, mas no futuro. Concluiu com a afirmação de que, à falta de melhor solução, a Lei prevê o reequilíbrio financeiro, o que nos faz caminhar no mesmo percurso de preocupações.

L.A.  
[assinatura]

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de resolução do contrato-programa celebrado entre a CMPD e a Azores Parque, SA.

**PONTO 9 – REGULARIZAÇÃO DE CEDÊNCIA E AFETAÇÃO DE 101,19 M<sup>2</sup> AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – RUA DOS VINHÁTICOS – CAPELAS**

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, tomada, por unanimidade, na reunião de 10 de setembro de 2014, foi presente o Ofício 19253/2014, da Câmara Municipal, de 19 de setembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para autorização, ao abrigo da alínea q), do nº 1 do art.º 25.º da lei nº 50/2013, de 12 de setembro, o processo de regularização de cedência e afetação ao domínio público municipal de 101,19 m<sup>2</sup> na Rua dos Vinháticos – freguesia de Capelas.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a regularização de cedência e afetação ao domínio público municipal de 101,19 m<sup>2</sup> na Rua dos Vinháticos – freguesia de Capelas.

**PONTO 10 – REGULARIZAÇÃO DE CEDÊNCIA E AFETAÇÃO DE 45 M<sup>2</sup> AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - CALÇO DA CRUZ – FETEIRAS**

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, tomada, por unanimidade, na reunião de 10 de setembro de 2014, foi presente o Ofício 19250/2014, da Câmara Municipal, de 19 de setembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para autorização, ao abrigo da alínea q), do nº 1 do art.º 25.º da lei nº 50/2013, de 12 de setembro, o processo regularização de cedência e afetação ao domínio público municipal de 45 m<sup>2</sup> no Calço da Cruz – freguesia de Feteiras.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a regularização de cedência e afetação ao domínio público municipal 45 m<sup>2</sup> no Calço da Cruz – freguesia de Feteiras.

**PONTO 11 – REGULARIZAÇÃO DE CEDÊNCIA E AFETAÇÃO DE 702,20 M<sup>2</sup> AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – RUA DO POÇO – LIVRAMENTO**

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, tomada, por unanimidade, na reunião de 16 de setembro de 2014, foi presente o Ofício 19271/2014, da Câmara Municipal, de 19 de setembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para autorização, ao abrigo da alínea q), do nº 1 do art.º 25.º da lei nº 50/2013, de 12 de setembro, o processo regularização, cedência e afetação ao domínio público municipal de 702,20 m<sup>2</sup> na Rua do Poço, freguesia do Livramento.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a regularização de cedência e afetação ao domínio público municipal 702,20 m<sup>2</sup> na Rua do Poço, freguesia do Livramento.

**PONTO 12 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À NORMA CONTIDA NO Nº 7 DO ARTIGO 39.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS – FRACIONAMENTO DP PAGAMENTO DE TAXAS DE TMU**

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, tomada, por unanimidade, na reunião de 16 de setembro de 2014, foi presente o Ofício 19271/2014, da Câmara Municipal, de 19 de setembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta de alteração à norma contida no nº 7 do art.º 39.º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas – fracionamento do pagamento das taxas de TMU.

A referida deliberação camarária foi precedida do período de discussão pública, em conformidade com o art.º 118.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, não se tendo verificado qualquer reclamação ou sugestão.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração à norma contida no nº 7 do art.º 39.º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas.

### **PONTO 13 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO QUADRO XVII DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS**

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, tomada, por unanimidade, na reunião de 10 de setembro de 2014, foi presente o Ofício 18925/2014, da Câmara Municipal, de 15 de setembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta de alteração ao Quadro XVII do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, especificamente a criação de uma taxa correspondente ao fornecimento de uma placa identificativa para os estabelecimentos de alojamento local, conforme estabelecido na Portaria n.º 94/2013, de 17 de dezembro.

A referida deliberação camarária foi precedida do período de discussão pública, em conformidade com o art.º 118.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, não se tendo verificado qualquer reclamação ou sugestão.

Precedeu a votação deste ponto uma breve explicação do Senhor Presidente da Câmara das circunstâncias jurídico-legais que determinaram a criação desta alteração, complementando o seu esclarecimento com a exibição de um exemplar da placa a fornecer no âmbito do empreendimentos turísticos de alojamento local, e que estão na origem do referido normativo.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao Quadro XVII do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas.

**PONTO 14 – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA – EMPREITADA DE REPAVIMENTAÇÃO DA RUA NOSSA SENHORA DO PILAR – FAJÃ DE CIMA E REQUALIFICAÇÃO DE UM TROÇO NA RUA DE SÃO GONÇALO, FREGUESIAS DE SÃO PEDRO/ FAJÃ DE BAIXO**

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, tomada, por unanimidade, na reunião de 10 de setembro de 2014, foi presente o Ofício 19255/2014, da Câmara Municipal, de 19 de setembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, a reprogramação financeira destinada à empreitada de repavimentação da Rua Nossa Senhora do Pilar, na freguesia de Fajã de Cima e à requalificação de um troço na Rua de São Gonçalo, nas freguesias de São Pedro e Fajã de Baixo.

A referida programação financeira, conforme deliberado em reunião de Câmara com base nos termos e fundamentos expostos pelo Departamento de Obras, Mobilidade e Equipamentos Municipais, prevê uma repartição de verbas, excluindo o IVA, de 269.930,28 euros (duzentos e sessenta e nove mil novecentos e trinta euros e vinte e oito cêntimos) para o ano de 2014 e 180.069,73 euros (cento e oitenta mil sessenta e nove euros e setenta e três cêntimos) para o ano de 2015.

Antes de se proceder à votação deste ponto, o Senhor Deputado Carlos Brum Melo afirmou que o PS irá votar a favor, no exercício de colaboração com a Câmara. Aproveitou para insistir na necessidade de não haver uma preocupação exagerada com o regimento.

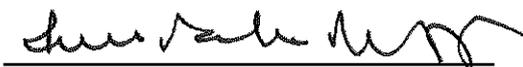
Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a reprogramação financeira destinada à empreitada de repavimentação da Rua Nossa Senhora do Pilar, na freguesia de Fajã de Cima, e à requalificação de um troço na Rua de São Gonçalo, nas freguesias de São Pedro e Fajã de Baixo, nos termos e fundamentos expostos.

Mais deliberou aprovar esta parte da Ata em minuta, para efeitos imediatos, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº

4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na reunião ordinária de 30 de junho de 2014.

Não havendo mais qualquer assunto a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, pelas dezoito horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada por \_\_\_\_\_ e que foi assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e por quem a lavrou, nos termos da Lei.

**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**



***Francisco Rêgo Costa***

**O Relator**



***Luís Manuel Pereira Ascenso***

## ANEXOS

- Votos de louvor e congratulação, votos de pesar e recomendações (por ordem de inscrição e votação).

*[Faint handwritten text, possibly a signature or note]*

*[Handwritten signature]*



aparece q  
você está

726

de

## VOTO DE PESAR PELA MORTE DE HORÁCIO DA SILVA GARCIA

A 20 de setembro de 2014, faleceu o empresário micaelenese Horácio da Silva Garcia. Tinha 78 anos de idade.

Homem de personalidade reservada, Horácio da Silva Garcia era considerado como um grande empreendedor.

Fundou a empresa com o seu nome, que se tornou numa referência incontornável na comercialização de motos em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel e nos Açores em geral.

O empresário Horácio da Silva Garcia foi, inclusivamente, o maior vendedor, a nível nacional, de motos das marcas Zundapp e Famel.

Horácio da Silva Garcia lutou e trabalhou muito para erguer aquela que se transformou numa grande empresa no ramo da venda de motos e era sobejamente conhecido não apenas nos Açores, como também a nível nacional.

O empresário conseguiu agenciar as principais marcas de motos nos Açores e a associação recebeu, através dos seus filhos apoio para a promoção de várias provas desportivas.

U.P.  
de

*Apartado por mim*  
*[Signature]*

Horácio da Silva Garcia - Voto de Pesar

Horácio da Silva Garcia natural de Ponta Delgada onde nasceu a 20 de Junho de 1968 e veio a falecer no dia 20 de Setembro transacto, destacou-se no ramo da actividade comercial, tendo fundado a empresa Horácio da Silva Garcia, que se dedica à comercialização de motas. Com o passar do tempo a Horácio da Silva Garcia alcançou projecção não apenas nos Açores, mas também a nível nacional, sendo conhecida pelo elevado número de vendas.

O desporto motorizado, nomeadamente o motocrossé de S. Miguel pode contar várias vezes com o seu apoio na realização de provas de competição. Popularmente conhecido como o Horácio das Motas, o empresário impôs-se no tecido empresarial de S. Miguel pela postura honesta, dinamismo e capacidade de realização. A sua forma de estar na vida comercial granjeou-lhe o reconhecimento de todos: - funcionários, familiares, amigos e outros empresários. O seu nome impôs-se e é hoje aqui recordado como uma referência de destaque no comércio de Ponta Delgada.

O grupo de deputados do partido Socialista apresenta um voto de pesar pelo falecimento do empresário Horácio da Silva Garcia, que se propõe seja aprovado por esta Assembleia Municipal.

30 de Setembro de 2014

*Maria Teresa V. Jesus*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*André A. Carvalho*

*CA*  
*[Signature]*



Atendo a  
comunidade  
de

### Voto de Pesar

A 21 de julho de 2014, faleceu o médico Teodoro Sousa Pedro, ex-diretor da Clínica do Bom Jesus, em Ponta Delgada.

Teodoro Sousa Pedro licenciou-se em medicina e foi desde sempre elogiado pelos colegas como um aluno excelente, um médico dedicado e um diretor competente.

Apesar de ter dirigido durante vários anos a Clínica do Bom Jesus, não foi só na área da medicina que Teodoro Sousa Pedro contribuiu para a sociedade.

Teodoro Sousa Pedro iniciou e desenvolveu atividade política no percurso da sua vida.

Sousa Pedro foi eleito deputado na Assembleia Nacional pela Ala Liberal.

Depois do 25 de abril de 1974, esteve ligado ao movimento independentista da FLA- Frente de Libertação dos Açores.

E chegou a ser um dirigente destacado do Partido Democrático do Atlântico, o único partido com sede nacional nos Açores.

Um Democrata que merece ser homenageado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada por se ter tornado numa das figuras mais respeitadas da nossa cidade.

Considerando que se trata de uma gratidão a uma referência a quem todos

U.A.  
de

devemos prestar pública homenagem;

Os deputados municipais do PSD na Assembleia Municipal manifestam, através deste Voto, o seu maior pesar pela morte de um homem democrático e uma das caras mais marcantes do serviço privado de Saúde nos Açores.

Da aprovação deste voto será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada

João Manuel Almeida Fernandes

u. A  
J



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

### Voto de Pesar

O Dr. Teodoro de Sousa Pedro nasceu a 1 de Janeiro de 1927 em Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel nos Açores.

Médico de profissão, licenciou-se na Universidade de Lisboa tendo também o curso de Ciências Pedagógicas pela Universidade de Coimbra.

Teve uma carreira profissional muito rica, da qual se destacam: Assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa; Colaborador dos Serviços Centrais da Campanha Nacional de Educação de Adultos; Médico do Hospital Regional de Ponta Delgada; Médico do Serviço Nacional de Emprego; Delegado da Ordem dos Médicos em Ponta Delgada.

Não deixou de intervir politicamente, sendo a sua carreira parlamentar muito profícua.

Durante o período em que se dedicou à política, fez várias intervenções de grande importância para a época (1969/1973), tanto no que concerne aos interesses nacionais como da Região Autónoma dos Açores.

O Dr. Teodoro Sousa Pedro foi, por tudo o que dele aqui se disse, um cidadão honrado e interveniente, um médico exemplar, uma figura que enriqueceu a Região e o País.

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo de deputados municipais do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que aprove este voto de pesar pelo falecimento do Dr. Teodoro de Sousa Pedro, dando deste voto conhecimento à família.

Ponta Delgada, 30 de Setembro de 2014

P'los Deputados Municipais do PS

*Mania Comencido Brasil*

*Assinado*  
*M. Ho'fe Amal*

*C.A.*  
*A*



*apenas por unanimidade*  
*A*

Assembleia Municipal de Ponta Delgada

## Voto De Pesar

Raul Alberto Pacheco Cabral, com apenas 58 anos, faleceu a 19 de Setembro passado. O seu nome e o do bar «Wimpi» estarão para sempre associados na vivência de Ponta Delgada e de tantos que por lá passaram e lá conviveram no auge dos anos 90.

Natural de Praia da Vitória mas residente em Ponta Delgada e formado na antiga Escola Industrial, Raul Cabral era electricista de profissão, amante de motas, devoto do Espírito Santo (tendo sido mordomo) e defensor de causas, como a da Calheta. E foi exactamente aqui que deixou a que será, provavelmente, a memória mais marcante — o bar «Wimpi», uma espécie de *Peter's Café Sport* de Ponta Delgada dos anos 90, onde se juntavam idades, ocupações e nacionalidades tão diferentes.

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, aprove o voto de pesar pelo falecimento de Raul Alberto Pacheco Cabral, dando deste voto conhecimento à família como forma de reconhecimento pelo serviço prestado à comunidade.

*(este voto foi escrito segundo a ortografia antiga)*

Ponta Delgada, 30 de Setembro de 2014

P' deputados Municipais

*Grupo Municipal*  
*João Carlos*  
*Teresa Feres*

*LA*  
*MA*



Óscar  
Pimenta  
A. A.

### Voto de Pesar

A 28 de julho de 2014, faleceu Peter Mark Vernon Stokreef, Cônsul Honorário do Canadá em Ponta Delgada, que residia há mais de 20 anos nos Açores.

Peter Stokreef, que desde sempre cultivou as boas relações com amigos e familiares, espalhados por toda a Europa e América do Norte, acabou desempenhar um importante papel na ligação dos Açores ao Mundo.

A abril de 2010, foi nomeado Cônsul Honorário do Canadá em Ponta Delgada e assumiu oficialmente a missão de aproximar o Canadá ao Arquipélago e vice-versa.

O legado de Peter Stokreef nos Açores prende-se ao serviço que prestou à comunidade enquanto Cônsul e ao papel que ele desempenhou, em conjunto com a sua mulher Melinda Rosary Caetano Stokreef, na criação da Cooperativa de Ensino “a Colmeia”.

“A Colmeia” começou a funcionar a julho de 1995 num espaço alugando no centro histórico da cidade de Ponta Delgada e a setembro de 2010 foram inauguradas novas instalações, construídas de raiz, na freguesia de São Roque.

No fundo, esta escola sediada no Concelho de Ponta Delgada teve como objetivo oferecer aos pontadalgadenses mais condições para que fosse desenvolvido o processo de ensino e aprendizagem no caminho da excelência.

A última vez que Peter Stokreef esteve nos Paços do Concelho foi a 5 de fevereiro de 2013, numa audiência com o Presidente da Autarquia, Heidi Kutz, embaixadora do Canadá, Juan Pablo, Conselheiro Político da Embaixada e João Luís Cogumbreiro, onde foram trocadas impressões pessoais sobre a economia e sociedade do Concelho.

Peter Stokreef será lembrado em ambos os lados do oceano, como um ser social de consciência cívica apurada.

C. A.  
A.

Considerando que Ponta Delgada tem um sentimento de gratidão para com Peter Stokreef, pela notoriedade e boa relação que este ajudou a estabelecer com o Canadá.

Considerando que se trata de uma gratidão a uma referência a quem todos devemos prestar pública homenagem;

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, manifesta através deste Voto, o seu maior pesar pela morte de um homem que foi a ponte de ligação entre os Açores e o Canadá.

Da aprovação deste voto será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada

*João da Silva, Presidente*

*C.A.*



Assembleia Municipal de Ponta Delgada

*Propõe p. unânime*  
*[Signature]*

### Voto De Pesar

Nascido em Guelph, Ontário, no Canadá, há 55 anos, Peter Mark Vernon Stockreef tornou-se açoriano de coração em 1985, quando se mudou para os Açores no seguimento do casamento com Melinda Caetano, que conheceu em Toronto, aquando dos anos de estudo universitário. Desta união nasceram Madeleine, em 88, e Sarah, em 91.

Peter Stockreef viveu em diversas cidades canadianas, mas foi aqui, na cidade de Ponta Delgada, que iniciou e prosseguiu a sua vida profissional ligada ao mundo da comunicação, do *design* e do turismo — com iniciativas como as Páginas Azuis, o guia turístico e o site *destinazores.com*.

A sua prestação cívica e humana está para sempre ligada a iniciativas como a participação na fundação da Cooperativa de Ensino A Colmeia, como a prática e divulgação do golfe e, nos últimos anos, o exercício de funções como Cônsul Honorário do Canadá nos Açores. A nomeação de Peter Stockreef aconteceu a 1 de Abril de 2010 e deu seguimento à representação canadiana no arquipélago, uma das três do nosso país (a embaixada de Lisboa e o consulado de Faro), sendo que a representação açoriana apoia cerca de 12 mil luso-canadianos.

Peter Stockreef será para sempre lembrado pela família e larga rede de amigos nos dois lados do Atlântico que, ao longo destes anos, beneficiaram da sua natureza afável e bem-disposta, da sua atitude prática e justa, do seu comportamento correcto e despretensioso. O mérito será sempre de Peter e a saudade sempre nossa.

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, aprove o voto de pesar pelo falecimento de Peter Mark Vernon Stockreef, dando deste voto conhecimento à família, na pessoa de Melinda Caetano Stockreef, à Embaixada Canadiana em Portugal e à Cooperativa de Ensino A Colmeia, como forma de reconhecimento pelo serviço prestado à comunidade.

*(este voto foi escrito segundo a ortografia antiga)*

Ponta Delgada, 30 de Setembro de 2014

P' deputados Municipais

*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

*[Signature]*



*após a reunião*  
*[Handwritten signature]*

Assembleia Municipal de Ponta Delgada

### Voto de Louvor

Fundada em 5 de Agosto de 1879 (e tendo como base três postos de combate a incêndios criados em 1839) por iniciativa da edilidade e de um grupo de cidadãos, a na altura Associação dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, actual Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e Lagoa, tem cumprido ao longo de 135 anos a sua vocação de protecção das populações, dos recursos naturais e construídos. Colocando em prática todos os dias o lema “Vida por Vida”, a Associação tem um corpo de 150 bombeiros voluntários e 12 funcionários técnicos e administrativos, e uma carteira de 4.500 sócios efectivos que beneficiam de diversos protocolos de interajuda.

As várias sedes que ocupou ao longo da sua história marcaram a cidade — Ruas Dr. Bruno Tavares Carreiro, do Aljube, Manuel da Ponte, São Joaquim —, tendo finalmente conquistado em 2000 um quartel moderno e adequado em São Gonçalo.

Para além dos serviços de segurança e saúde, a Associação coloca em prática serviços cívicos, formação e treino, incentivos à música (através da charanga) e ao bem-estar (através do clube de actividades físicas).

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo de deputados municipais do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que aprove este voto de congratulação pela celebração do 135º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e Lagoa, dando deste voto conhecimento à Direcção da Associação como forma de reconhecimento pelo papel que desempenha ao serviço destes dois concelhos.

*(este voto foi escrito segundo a ortografia antiga)*

Ponta Delgada, 30 de Setembro de 2014

P'los Deputados Municipais

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*L.A.*  
*[Handwritten signature]*



*Apurada Mirandela*  
*de*

## Voto de Louvor

- Gonçalo Rodrigues, Campeão Europeu de Jet Ski -

O jovem atleta do Clube Naval de Ponta Delgada, Gonçalo Rodrigues, conquistou, no último mês de julho, em Mirandela, o título de Campeão Europeu de Juniores de Jet Ski.

Depois de em 2013 já se ter sagrado Vice-Campeão Europeu, em 2014 o jovem micalense de 14 anos apresentou uma prestação notável, não dando qualquer oportunidade aos seus adversários, vencendo as três mangas em disputa e terminando a prova do escalão de juniores em primeiro lugar.

Neste evento, além de ter conquistado o título europeu no seu escalão, Gonçalo Rodrigues, acrescentou ainda o título nacional da modalidade ao seu palmarés, conseguindo mesmo atingir o pódio na classificação geral, subindo ao 3º lugar em séniores.

O seu palmarés conta assim com mais um título, juntando-se aos títulos nacionais e regionais.

Deste modo, o jovem atleta é já um campeão de reconhecido valor quer a nível nacional, que a nível europeu, que promete elevar cada vez mais o nome do concelho e da Região, inscrevendo-o nos mais elevados patamares da elite desportiva mundial.

Saudamos igualmente o Clube Naval de Ponta Delgada e a Associação de Jet Ski e Motonáutica dos Açores pelo bom trabalho desenvolvido.

Assim, pelos seus resultados de excelência, pela promoção que faz dos Açores ao mais alto nível do desporto náutico, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista coloca a votação o presente Voto de Louvor, que sendo aprovado, deverá ser dado a conhecer ao atleta Gonçalo Rodrigues, ao Clube Naval de Ponta Delgada e à Associação de Jet Ski e Motonáutica dos Açores.

P. Delgada, 30 de Setembro de 2014

Os Deputados Municipais

*André de Barros*

*Roberto*

*Luísa Bairos*

*C.A.*  
*de*



*Apud m  
amada*

## Voto de Congratulação

*[Handwritten signature]*

Gonçalo Rodrigues ( Clube Naval de Ponta Delgada)

Nos passados dias 25 a 27 Julho, disputou-se em Mirandela, o Campeonato Europeu de Jet Ski e Motas de Água. Esta prova única do Campeonato de Europa de 2014 de Aquabike, inscrita no calendário da U.I.M – União Internacional de Motonáutica e organizada pela Federação Portuguesa de Motonáutica, contou com a presença de centenas de atletas nacionais e estrangeiros que competiram nas águas do Rio Tua.

Nesta competição, o micalense Gonçalo Rodrigues, atleta do Clube Naval de Ponta Delgada, teve uma participação brilhante ao sagrar-se campeão europeu júnior de Jet Ski.

Gonçalo Rodrigues, com apenas 14 anos, terminou em 1º lugar todas as 3 mangas em que participou, arrecadando um título inédito e marcante para o panorama desportivo açoriano.

Várias vezes campeão regional e nacional da modalidade, Gonçalo Rodrigues junta assim ao seu palmarés uma importante conquista.

No próximo mês de outubro, Gonçalo Rodrigues será convidado especial do Samuka Racing Team nas World Finals 2014 em Lake Havasu, Arizona nos USA, sendo esta a prova mundial com maior prestígio e reconhecimento no seio do Jet Ski mundial

Deste modo, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do PSD propõe a aprovação, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada, deste Voto de Congratulação, ao atleta Gonçalo Rodrigues, extensivo aos responsáveis técnicos da seção de Jet Ski do Clube Naval de Ponta Delgada.

Deste voto deverá ser dado conhecimento ao atleta e ao respetivo clube.

Ponta Delgada, 29 de Setembro de 2014

Os Deputados Municipais

*[Handwritten signatures of the municipal deputies]*

*[Handwritten initials]*



*apuro de p. v. m. d. e. 6*  
*de*

## VOTO DE LOUVOR

### **Entidades envolvidas combate ao incêndio no edifício da Unidade Saúde S. Miguel**

No passado dia 24 de Setembro deflagrou um incêndio de grandes proporções no Edifício da Unidade de Saúde de Ilha de S. Miguel, em Ponta Delgada.

A acção pronta e coordenada, entre todas as entidades envolvidas, permitiu o combate eficaz a um incêndio que pelas características do edifício e pela sua localização, oferecia um perigo acrescido para aquela zona da cidade.

Desde logo é de referir o empenho e o profissionalismo dos Homens das Associações Humanitárias dos Bombeiros de Ponta Delgada, de pronto auxiliados pelos seus congéneres da Ribeira Grande e de Vila Franca do Campo, que, num curtíssimo espaço de tempo se colocaram no local do incêndio, sabendo-o, de forma exemplar, circunscrever e combater.

De igual forma o Serviço Municipal e Regional de Protecção Civil, a Polícia de Segurança Pública e a Polícia Municipal de Ponta Delgada, assumiram a complementaridade na ajuda aos "Soldados da Paz", constituindo "um todo" coeso, que permitiu, em cerca de duas horas e meia, ter o controlo absoluto de tão difícil situação.

*U.A.*  
*de*



O exercício conjunto do voluntarismo dos nossos bombeiros, com as forças de segurança e de protecção civil, foram bem um exemplo de esforço solidário na defesa dos bens e das vidas alheias, que nos deixam, enquanto cidadãos e munícipes, orgulhosos, portadores do conforto de nos sentirmos protegidos e seguros.

Assim e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do PSD, propõe um Voto de Louvor às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, aos Serviços Municipal e Regional de Protecção Civil, à Polícia de Segurança Pública e à Polícia Municipal de Ponta Delgada, pelo combate irrepreensível ao incêndio do Edifício da Unidade de Saúde de Ilha de S. Miguel, sito à Rua Conselheiro Luís Bettencourt, em Ponta Delgada, ocorrido no dia 24 de Setembro de 2014.

Do mesmo Voto deve ser dado conhecimento àquelas entidades.

Salão Nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, 30 de Setembro de 2014

Os Deputados Municipais do PSD



*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

### Voto de Louvor

O Município de Ponta Delgada foi o melhor classificado, entre os 19 Municípios dos Açores, no ranking do ITM – Índice de Transparência Municipal.

O Município de Ponta Delgada, regista um ITM de 44, seguindo-se Angra do Heroísmo com 42 e Lagoa com 41.

Estes dados podem ser consultados online e resultam da análise da existência e eficácia de processos e mecanismos para promover a transparência, responsabilização e integridade no combate contra a corrupção ao nível municipal.

Aliás, o Município de Ponta Delgada tem realizado trabalho diverso no que respeita à transparência, nomeadamente com a criação do Orçamento Participativo (OP), com carácter deliberativo.

Nunca é demais referir que o OP de Ponta Delgada foi criado visando precisamente uma maior transparência no exercício público do Poder Local.

Considerando que estamos perante uma boa classificação;

Considerando que esta classificação conseguiu elevar mais alto o nome do nosso Município;

Considerando que este resultado constitui um incentivo para que se desenvolva um plano de ação e de acompanhamento para o fortalecimento

*Handwritten signature: A.C.A.*

do sistema de integridade de modo a subir na escala do ITM;

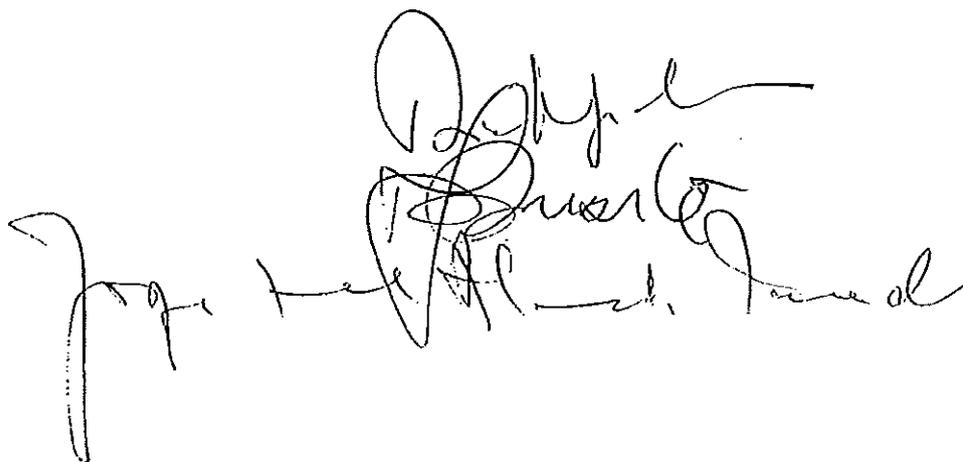
Considerando que este ano o executivo liderado por José Manuel Bolieiro lançou o OP de Ponta Delgada, que assume cariz deliberativo e surge com o objetivo de criar maior transparência no exercício público do Poder Local;

Considerando que desta forma o Município de Ponta Delgada procura envolver as pessoas na definição das prioridades de investimentos, assegurando-lhes um maior conhecimento, capacidade e abertura relativamente a processos de tomada de decisão no que respeita à satisfação das suas necessidades e resolução de problemas, assim como na coesão e desenvolvimento sustentável do território concelho.

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada manifesta através deste Voto o seu louvor pelos resultados obtidos no Índice de Transparência Municipal pelo Município de Ponta Delgada.

**A 29 de setembro de 2014,**

**O Grupo Municipal de PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada**

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to José Manuel Bolieiro, the leader mentioned in the text. The signature is written in a cursive, flowing style.A small, handwritten signature or set of initials in the bottom right corner of the page, possibly reading 'L.A.' followed by a flourish.



apud m  
a  
de

7/26

## Voto de louvor

Os karatecas do Shotokan Dojo Clube de Ponta Delgada, Carolina Bento, António Machado, Tiago Melo, Pedro Cipriano, Diogo Melo e Pedro Pereira, conseguiram alcançar um grande feito para o desporto de Ponta Delgada em particular e dos Açores em geral, conquistando medalhas de ouro, prata e bronze.

Esses atletas representaram Portugal no Campeonato do Mundo de karaté FSKA, que decorreu na cidade de Almada e contou com a participação de mais de 700 atletas em representação de 14 países.

Destaque para Carolina Bento, que depois de ter conquistado uma medalha de ouro na Polónia, em 2013, voltou a brilhar regressando a Ponta delgada com a medalha de ouro, assim como com o título mundial em Kumite.

Nos combates do Campeonato do Mundo de karaté FSKA estiveram ainda em destaque Pedro Pereira, que conquistou a Medalha de ouro na sua categoria; Pedro Cipriano, que recebeu duas medalhas de prata na sua categoria e medalha de Bronze em luta; Tiago Melo, que arrecadou a medalha prata em Katar e bronze, em luta; Diogo Mendes, que recebeu a medalha de bronze na sua categoria.

Há ainda a salientar a prestação de António Machado, que participou pela primeira vez na categoria mais difícil da prova e chegou às meias finais entre 30 cinturões negros.

Importa ainda destacar que na origem dessa prestação também está o Sensei Fernando Vicente, que provas dadas na modalidade.

Por outro lado, importa referir que o Shotokan Dojo Clube de Ponta Delgada vai participar na Gala de Desporto de Combate que a Câmara Municipal de Ponta Delgada vai realizar a 15 de novembro próximo.

C. A.  
de

Considerando que é uma honra para Ponta Delgada ver seis dos seus atletas, na modalidade de Karaté, conseguirem alcançar um grande feito a nível mundial;

Considerando a sua brilhante participação entre os melhores do Karaté a nível internacional;

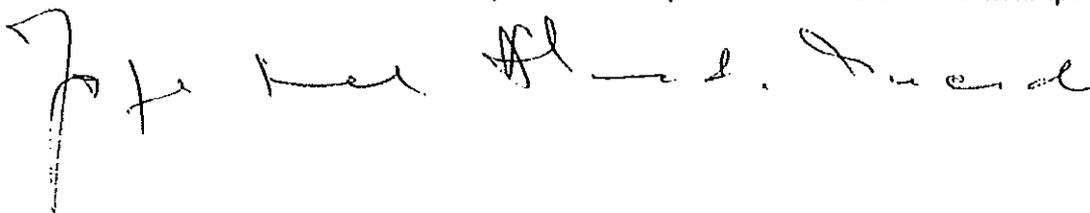
Considerando ainda que se trata de um marco histórico para o Karaté açoriano;

Considerando, por outro lado, o mérito dos seis atletas e do Sensei Fernando Vicente, que tem incentivado, ao longo dos anos, a prática do Karaté entre nós, levando agora à conquista de várias medalhas de ouro, prata e bronze.

Deste modo, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada, de um Voto de louvor, aos atletas açorianos Carolina Bento, António Machado, Tiago Melo, Pedro Cipriano, Diogo Melo e Pedro Pereira, assim como ao Sensei Fernando Vicente e ao Shotokan Dojo Clube de Ponta Delgada

Deste voto deverá ser dado conhecimento ao Shotokan Dojo Clube de Ponta Delgada.

Os Deputados Municipais do PSD na Assembleia Municipal

A series of handwritten signatures in black ink, representing the PSD municipal deputies. The signatures are written in a cursive style and are positioned below the text 'Os Deputados Municipais do PSD na Assembleia Municipal'.Handwritten initials 'L.A.' and a signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.



*Assimilado*  
*de*

Assembleia Municipal de Ponta Delgada

**ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR  
SHOTOKAN DOJO DE PONTA DELGADA**

O Shotokan Dojo de Ponta Delgada (Karaté Clube de Ponta Delgada), fundado em 1986, é um dos clubes de karaté mais antigos dos Açores. Com praticantes desde os 5 anos de idade, desenvolve competências físicas, de concentração, autocontrole e auto conhecimento a centenas de jovens ao longo da sua atividade.

No passado dia 28 de setembro, seis karatecas de Ponta Delgada, guiados pelo *sensei* Fernando Vicente, representaram Portugal no Campeonato do Mundo da Funakoshi Shotokan Karaté Association, conquistando no total oito medalhas, nomeadamente três de ouro, três de prata e duas de bronze.

Nesta prova, a atleta Carolina Bento, revalidando o título de campeã mundial na sua categoria, conquistou ainda pela primeira vez em nome dos Açores, um título mundial em Kumite (aplicação prática das técnicas de ataque e a defesa aprendidas num kata). Os karatecas Pedro Pereira, medalha de ouro em Kata, Tiago Melo, medalha de prata em Kata, bronze em Kumite, Diogo Mendes, prata em Kata, e ainda Pedro Cipriano, medalha de prata em Kata e bronze em Kumite, foram ainda destacados atletas nesta competição mundial.

Pelos motivos expostos, propõem os membros do Partido Socialista que seja atribuído um voto de louvor ao Shotokan Dojo de Ponta Delgada, pelo seu mérito desportivo, nesta Assembleia Municipal de Ponta Delgada, dando deste voto conhecimento aos atletas medalhados e ao Shotokan Dojo de Ponta Delgada, como forma de reconhecimento pelo papel que desempenha ao serviço do desporto, e pelo exemplo que os jovens atletas representam no nosso concelho.

Assembleia Municipal de Ponta Delgada, 30 de setembro de 2014,

P' membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista

*Carolina Bento*  
*Medalha de Ouro 1/2*  
*Diogo Mendes*  
*Prata*

*Carolina Bento*  
*Diogo Mendes*



*Opina por...*  
*...*

### Voto de Congratulação

A Câmara Municipal de Ponta Delgada, num investimento superior a 1,2 milhões de euros, ampliou e requalificou a Escola EB/JI Engº José Cordeiro, na zona da Piedade, freguesia dos Arrifes.

Congratulamo-nos com o facto da Autarquia presidida por José Manuel Bolleiro ter prescindido de outros projetos que envolviam a comparticipação de fundos comunitários, para investir na ampliação e requalificação das escolas do 1º ciclo do ensino básico, incluindo a EB/JI Engº José Cordeiro.

Esta opção estratégica criou melhores condições para os alunos, professores e restantes funcionários dos estabelecimentos de ensino do concelho, contribuindo para potenciar o sucesso da formação dos nossos filhos.

A Educação é uma das prioridades da Câmara Municipal de Ponta Delgada e a aposta na melhoria da qualidade de ensino constitui um investimento que terá resultados no futuro.

Por outro lado, e assim contribuindo para o emprego local, esta aposta permitiu dar trabalho às empresas de construção civil açorianas!

Considerando que na Escola Engº José Cordeiro foram criadas mais duas salas de aula - passaram a ser 8, sendo uma delas destinada ao ATL;

Considerando que a integração da sala de ATL na própria escola proporciona uma maior segurança para estas crianças;

*C. A.*  
*...*

Considerando que a sala polivalente foi renovada e ampliada e que foram criados novos espaços, construindo-se uma área de maior dimensão, que integra o refeitório e instalações de apoio, uma área de apoio ao Jardim-de-infância, instalada nas salas adjacentes, e uma biblioteca;

Considerando ainda o cuidado que se teve na requalificação dos espaços exteriores com o intuito de promover uma melhor acessibilidade ao equipamento escolar, procedendo-se à beneficiação dos acessos por automóvel até à entrada principal do edifício;

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada, deste Voto de congratulação, dando conhecimento do mesmo à Junta de Freguesia e à população dos Arrifes.

Ponta Delgada 30 de Setembro de 2014

O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de P. Delgada

- *Sérgio A. L.*  
- *Tróvão*  
-

*C. A.*  
*Ke*



Apresento o meu voto  
de

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Mais uma vez o Centro Histórico da cidade de Ponta Delgada foi animado e embelezado pelas *Noites de Verão*. E mais uma vez, as *Noites de Verão* revelaram-se um autêntico sucesso. Não foi necessário a atuação de grupos de fora da Região, não foram necessários grandes e sonantes nomes da música nacional e internacional, para que a Câmara Municipal de Ponta Delgada, em estreita colaboração com os agentes culturais e com as associações, oferecesse aos seus munícipes e turistas uma agenda cultural dinâmica, heterogénea e de qualidade.

Foram milhares de pessoas que entre 21 de junho e 20 de setembro, se deslocaram ao Centro Histórico da maior cidade dos Açores para assistiram à atuação de grupos de teatro de rua, orquestras, bandas filarmónicas, grupos folclóricos, coros, grupos musicais, assim como também, de fadistas e de cantadores ao desafio, que compuseram um total de 81 eventos culturais, que se distribuíram pela Praça do Município, Portas da Cidade, Largo da Matriz, Igreja da Matriz e pelos jardins da cidade.

Uma das novidades das *Noites de Verão de 2014*, para grande regozijo dos nossos comerciantes, foi o projeto *Música ao Centro das Praças e Jardins*, em que músicos individuais ou em duo atuaram em praças e jardins de Ponta Delgada, nomeadamente no jardim do Forte de São Brás, no jardim Sena Freitas, no Largo Mártires da Pátria e no jardim Antero de Quental, assim como também, na praça fronteiriça ao Teatro Micaelense, com o objetivo de promover não só a dinâmica cultural, mas também, o consumo nos estabelecimentos comerciais da cidade.

Mas, não foram, somente, eventos culturais que fizeram parte das *Noites de Verão* de Ponta Delgada, a nossa gastronomia, também, não foi esquecida. O *Mercado Gourmet* voltou a ser uma presença nas *Noites de Verão*, com a participação de 8 stands, que fizeram as delícias dos apreciadores dos produtos e doçaria regionais.

L. A. De

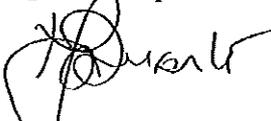
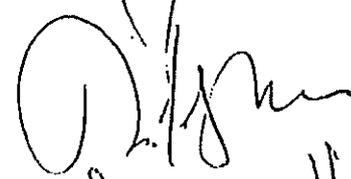
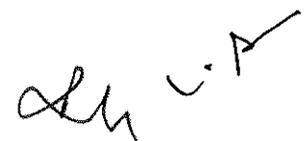
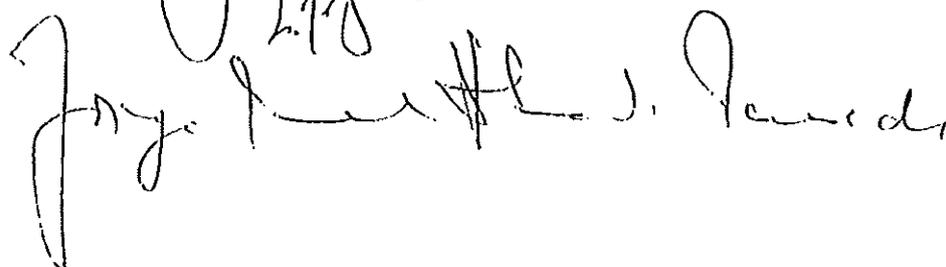


Como complemento, a toda esta dinâmica cultural e gastronómica de revitalização do Centro Histórico de Ponta Delgada, a Câmara Municipal de Ponta Delgada isentou de taxas e cedeu mesas e cadeiras a todos os comerciantes que instalaram esplanadas no Centro Histórico.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada a aprovação de um voto de congratulação à Câmara Municipal de Ponta Delgada, na pessoa do seu Presidente, senhor Dr. José Manuel Bolieiro, pelo sucesso que teve o programa *Noites de Verão 2014* na dinamização do Centro Histórico de Ponta Delgada, com o objetivo de incentivar os nossos comerciantes, de dinamizar o comércio tradicional, de promover os nossos artistas e agentes culturais, de valorizar a nossa gastronomia, assim como também, de projetar turisticamente a cidade de Ponta Delgada.

Ponta Delgada, 30 de setembro de 2014

O Grupo Municipal do PSD



*Apresentamos*

*[Handwritten mark]*

### Voto de Congratulação

A Câmara Municipal de Ponta Delgada levou a cabo, e em boa hora, grandes obras de requalificação e ampliação da Escola da Matriz, mais conhecida com a Escola das Anexas, na freguesia de São Sebastião.

Tratou-se de um grande investimento, no valor de 1,4 milhões de euros, realizado no tempo previsto da sua execução, e que permitiu à Escola EB/JI de Matriz melhores salas de aula, um excelente refatório, bem como um maior espaço para a prática de educação física.

Em nome de todos os habitantes de Freguesia de São Sebastião, um reconhecido agradecimento à Câmara Municipal de Ponta Delgada, por esse investimento.

Também salientamos o nosso agradecimento pela criação do ATL, uma grande aspiração de muitos pais.

Considerando que a nossa Freguesia ficou mais rica com este magnífico empreendimento;

Considerando que o mesmo irá contribuir para melhorar as condições de todos os que trabalham na Escola EB/JI de Matriz;

Considerando que as excelentes condições criadas naquela escola também contribuem para o bem-estar das nossas crianças.

*L.A.*

Considerando ainda que, na sequência das obras realizadas na referida escola, a Câmara Municipal de Ponta Delgada também procedeu à asfaltagem da Travessa João Carlos Scholtze, o que dignificou toda aquela zona.

A Junta de Freguesia de São Sebastião congratula-se com a realização desta grande obra na nossa freguesia e com a Câmara Municipal de Ponta Delgada por ter avançado com a realização da mesma.

Deste voto será dado conhecimento aos órgãos eleitos da freguesia de São Sebastião e a toda a população.

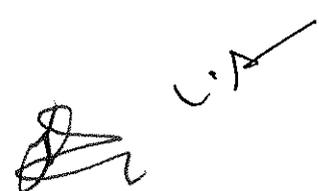
**Assembleia municipal 30 de setembro 2014**

Ponta Delgada, 30 de setembro 2014

O Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião



José Maria Pereira Rego





Assembleia Municipal de Ponta Delgada

*Apartado por reunião*  
*A*

## Voto de Congratulação

Em Março de 1951 a sociedade de Ponta Delgada assistiu à inauguração de um grande empreendimento, construído num espaço aberto de propósito para o acolher — no alto de São João, o Teatro Micaelense, projectado pelo arquitecto Raul Rodrigues de Lima. A iniciativa foi de Francisco Luís Tavares, dos Carregadores Açoreanos, e teve o apoio da sociedade da altura. Os mil lugares, a qualidade da construção, a beleza do Salão Nobre, marcaram todos os que usufruíram deste espaço, tenham sido locais ou visitantes ilustres, como John Wayne. Vocacionado para o entretenimento, responsável por muitas horas de partilha social e cultural, teve como gerente, desde que abriu até finais do século XX, o conhecido Santos Figueira. Os anos 80 trouxeram uma quebra considerável nas receitas e, posteriormente, o fatídico encerramento.

As obras de recuperação levadas a cabo pelo Governo Regional dos Açores, a partir do projecto do arquitecto Manuel Salgado, trouxeram a vida de novo ao Teatro Micaelense, agora também centro de congressos e local de eleição para produção cultural local, pelas exigentes valências técnicas, tecnológicas e artísticas de que dispõe. Sem ter perdido o encanto original dos anos 50, o edifício é actualmente Imóvel de Interesse Público pelo Governo Regional dos Açores.

Complementarmente, o Teatro Micaelense estende a sua actuação à vila de Rabo de Peixe através do Cineteatro Miramar, cuja polivalência e carácter educativo têm criado a diferença entre os jovens da vila.

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo de deputados municipais do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que aprove este voto de congratulação pela celebração do 10º Aniversário da reabertura do Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, SA, dando deste voto conhecimento à Administração como forma de reconhecimento pelo papel que desempenha ao serviço da cultura no nosso concelho.

*(este voto foi escrito segundo a ortografia antiga)*

Ponta Delgada, 30 de Setembro de 2014

P'los Deputados Municipais

*Carlu*  
*Carlu*

*L-A*  
*A*

## Intervenção do Vogal António Cabral

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada  
Exmo. Executivo da Câmara Municipal de Ponta Delgada  
Caros colegas Vogais desta Assembleia

No passado dia 25 de Setembro, foi aprovada uma moção de desagrado pela Assembleia de Freguesia de Santa Clara cujo conteúdo não poderia deixar de transmitir a esta Assembleia. Assim, passo a citar:

**Completar-se-á brevemente um ano que fomos eleitos por mais um mandato, para servir Santa Clara.**

**Por resolver, apesar das promessas feitas, está há mais de uma década a requalificação da Segunda Rua de Santa Clara. Foi-nos prometido para breve um novo projecto de requalificação. A Freguesia aguarda com expectativa este muito ansiado momento.**

**Mas é sobretudo o caso da gestão do Centro Cívico e Cultural de Santa Clara que, depois de se ter passado tudo o que se passou ao longo dessa década, e de no ano transato ter sido garantido (em campanha eleitoral, no debate por nós [Santa Clara Vida Nova] promovido a 9 de Setembro de 2013) que em breve este Centro seria entregue à Freguesia para ser gerido mais de acordo com os interesses de Santa Clara, promessa esta aliás confirmada no discurso de tomada de posse do actual Presidente de Câmara (22 Outubro de 2013), pouco ou nada de novo aconteceu, com tudo ficando antes pior do que já estava. É o notório esvaziamento de actividades; é a degradação do edifício, cada vez mais evidente; são intervenções pontuais, também prometidas, mas sempre adiadas e foi, sobretudo, o modo pouco cortês e leviano como nos foi submetido à consideração um contrato de comodato cujo cumprimento seria impraticável por falta de meios da Junta de Freguesia, já que estamos a falar de um equipamento cujo funcionamento e manutenção custou na década em referência mais de 100.000 euros por ano.**

C.A.  


Passou um ano e a Freguesia continua à espera do real cumprimento do prometido.

Fim de citação.

Posto isto, e fazendo meus também os anseios da Assembleia de Freguesia de Santa Clara, espero que a Câmara Municipal de Ponta Delgada não deixe passar mais tempo em vão e empenhe toda a sua boa vontade para que se proceda à rápida formalização de um protocolo com a Junta de Freguesia com vista à efectiva transferência de competências relativas à gestão do Centro Cívico e Cultural de Santa Clara.

Ponta Delgada, 30 de Setembro de 2014

*Santa Clara Vida Nova*

*António Correia*

*C.A.*  
*[Handwritten mark]*